



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades
Sub-eixo: Feminismo e Serviço Social

“MAIS UMA HISTÓRIA”: DIVERSIDADE DOS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISMOS NO BRASIL

CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA ¹
ROSIANE BETTECHER DA SILVA ²
THABATA CAVALCANTI REBELO SOUZA E LIMA ²
ANDRESSA VIEIRA DE OLIVEIRA ²
VICTÓRIA MARIA DE SOUZA ROQUE DA SILVA ²

RESUMO

O trabalho visa trazer à tona os feminismos no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Para tanto, mapeia um conjunto diversificado de experiências que não necessariamente se autointitulam feministas, mas que incidem nas lutas feministas e de mulheres. O objetivo é produzir uma narrativa da história dos feminismos ao articular experiências de lutas em muitos cenários, e identificar sua diversidade no contexto histórico estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo; Movimento de Mulheres; Brasil.

ABSTRACT: The work aims to bring to light feminisms in

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

2 Estudante de Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

Brazil in the 1980s and 1990s. In order to do so, it maps a diverse set of experiences that do not necessarily call themselves feminists, but which affect feminist and women's struggles. The objective is to produce a narrative of the history of feminisms by articulating the experiences in many settings, and identifying their diversity in the historical context studied.

KEY WORDS: Feminism; Women's movement; Brazil.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é parte de uma pesquisa que vem buscando investigar a diversidade de lutas de mulheres/feministas ao longo dos anos de 1980 e 1990 no Brasil. Utilizamos como referencial de análise a noção de que os “ativismos feministas” conformam um campo; nos dizeres de Sonia Alvarez (2014), podem ser entendidos como “campos discursivos de atuação/ação”. Buscamos revisitar os traços deixados por feminismos de toda ordem em sua marcha na sociedade brasileira marcada por um período histórico de enfrentamento da ditadura civil-militar e ascensão de novos pactos visando a redemocratização. Em geral, a história do feminismo no Brasil é centrada no conjunto de experiências de mulheres brancas e de classe média. Cumpre recuperar lutas de mulheres negras, LBTs entre outras

pelo reconhecimento das suas pautas, configurando um campo variado de ações e defesas por direitos.

A metodologia baseou-se em pesquisas e estudos acadêmicos sobre diversos movimentos que integram lutas em defesa das “mulheres” no período. Visou também identificar a presença e participação de assistentes sociais nessas lutas. Para esse objetivo, ainda será realizado levantamento de trabalhos profissionais junto a movimentos de mulheres/feministas nos principais congressos de serviço social ao longo das duas décadas. Trata-se de mais uma narrativa que intenciona articular gênero, sexualidades, raça-etnia e classe, na perspectiva de um “feminismo afrolatinoamericano” (González, 2018).

A primeira etapa da pesquisa analisa os dados coletados nas teses e dissertações disponíveis para consulta no Portal CAPES, no período de 2013 a 2019. Além do recorte histórico, elegemos grupos de movimentos, que foram assim classificados: movimento de mulheres camponesas, mulheres indígenas, mulheres negras, mulheres LBTs, mulheres urbanas (onde se localizam experiências que tem a cidade como espaço de organização e agenda – luta por creches, sindicatos, partidos – e abriga muito do que se convencionou chamar de um “feminismo popular”).

A partir da visualização desses grupos, levantamos trabalhos que traziam informações e análises desses movimentos organizando-os em planilha a partir de alguns eixos como: década, regionalidade, principais pautas e agenda de lutas, articulação com outros movimentos, articulação com o Estado, articulação entre lutas mais gerais e específicas, participação de assistentes sociais.

Coletamos um total de 73 teses e dissertações que abordavam o tema de estudo, conforme nossos critérios. Dessas, 14 sobre mulheres no campo; 2 sobre mulheres indígenas; 7 sobre mulheres LBT; 10 sobre mulheres negras; 28 sobre movimento de mulheres no espaço urbano; e 12 sobre movimento de mulheres na imprensa feminista e na luta contra a ditadura. Embora esse último grupo possa se somar ao chamado “urbano”, destacamos esse segmento pelo interesse da pesquisa em dar destaque à imprensa alternativa como forma de luta e visualização dos feminismos no período, especialmente dos anos 80. Além do banco de teses e

dissertações foi adicionada pesquisa bibliográfica acerca dos movimentos em tela.

Destacam-se alguns tensionamentos que atravessam esse período e afetam as narrativas sobre a história das lutas feministas, importantes para entender os apagamentos que se deram nessas narrativas e a produção de um “feminismo hegemônico”, ou “civilizatório” na expressão de Françoise Vergès (2020), mas também são tensionamentos que demarcam a trajetória desses movimentos.

1. TENSÕES E AFIRMAÇÕES: OS FEMINISMOS EM DISPUTA

Uma tensão que percorrerá a posição dos grupos feministas no período dos anos 1980 e 1990 diz respeito à distinção entre movimentos de mulheres e feminista, que expressa relações de poder e disputas por visibilidade e definição de agendas e sujeitas de lutas. Na tese de Carmen Silva (2016), “Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular”, a autora traça aproximações e distinções entre o Movimento de Mulheres e feminismo. Se de um lado, ao longo da discussão mostra aproximações importantes entre feministas e mulheres das classes trabalhadoras e segmentos populares, considera que a origem do feminismo no Brasil nos anos 1970 se deu entre os grupos de reflexão de mulheres de classe média urbanas identificando, assim, um protagonismo delas na construção do ideário feminista.

Silva (2016) procura mostrar, entretanto, que dadas as especificidades do Brasil, o feminismo aqui estaria mais implicado com um projeto de reforma social mais amplo, isto favoreceu a interlocução desde sempre com mulheres de outros setores. Tal interlocução teria ocorrido de duas formas, como participantes dos movimentos feministas ou como grupos-alvo do trabalho social das organizações feministas. Com isso, a tese da autora pretende não invisibilizar os movimentos de mulheres de classes populares, porém, explicita uma distinção entre esses dois tipos de movimentos políticos. Destaca que os movimentos de mulheres de classes populares seriam constituídos por “clubes de mães, grupos de saúde, e pela presença ampla de mulheres nos movimentos populares urbanos e nas

comunidades eclesiais de base [...]” (p. 130).

A pergunta que nos ocorre, portanto, é se para além de uma diferenciação de forma de organização, estaria em jogo uma hierarquização desses movimentos e de suas lutas. Em geral, essa distinção avança para um conteúdo teórico-político, que aponta para um caráter mais limitado da práxis política do Movimento de Mulheres. Assim, são consideradas menos politizadas em termos da emancipação das mulheres, portanto, de menor consciência feminista o que resultará num apagamento de experiências das lutas populares empreendidas por mulheres na história do feminismo no Brasil.

O interesse em observar o foco das discussões desses movimentos aparece pelo acentuado problema em conceituar “mulher” como uma personalidade universal, além de manter esse nome para definir o que se pensa e quem se defende nessas lutas feministas. Cavando um pouco mais sobre essa problemática, podemos trazer Bell Hooks para elucidar esses pontos. Em seu livro, “Teoria Feminista: da margem ao centro”, ela traz trechos dizendo que

Desde sempre, o feminismo tem sido usurpado por mulheres burguesas ocupadas em favorecer seus interesses de classe. E o mais grave é que a teoria feminista não tem feito muita coisa para combater isso (veja-se, por exemplo, a teoria da “opressão comum”). (HOOKS, 2019, p. 37).

Essas palavras refletem que esse movimento caracterizado como único e generalizado, não contempla todas as vivências existentes que sofrem com as amarras do sexismo. Não há como ignorar o impacto da dominação de raça/etnia, classe, identidade de gênero e orientação sexual dentro dessa discussão, pois mesmo sendo perfis atravessados por um patriarcado e uma exagerada violência e opressão sofridas pela sobreposição de um gênero, há outras particularidades que recebem importâncias e visibilidades diferentes. Em outra parte desse mesmo livro, Hooks comenta sobre o momento em que participou de “grupos feministas”:

[...] as mulheres brancas adotavam uma atitude condescendente em relação a mim e às outras participantes não brancas. Essa condescendência em relação às mulheres negras era uma forma de nos fazer lembrar que o movimento feminista pertencia a “elas” - que nós participávamos porque elas permitiam e nos encorajavam; afinal, nós éramos necessárias para legitimar o processo. Não éramos vistas como iguais. Não éramos tratadas como iguais. E embora se mostrassem interessadas em nossos relatos pessoais sobre a experiência negra, agiam como se coubesse a elas decidir sobre a autenticidade dessas experiências. (HOOKS, 2019, p. 41).

Essas observações só nos permitem retirar essa negligência por parte de algumas mulheres tornando outras realmente invisíveis e sem importância. A desvalidação de alguns grupos mostra a real influência de um colonialismo nessas relações mantidas por uma hierarquia fundada em poder, interesses e preconceitos. Logo, a produção de um único personagem, como o conceito de “mulher” - englobando apenas as brancas, cisgênero, magras, burguesas, heterossexuais e sem deficiência -, utilizado nesse movimento social e político acaba por negar outras versões de perfis que também são atingidos por essa e outras opressões.

Embarcando nesse entendimento de que precisamos olhar e compreender para além desses padrões já reconhecidos, complementamos nossos estudos com o livro da Letícia Nascimento “Transfeminismo”, que traz a discussão e o olhar não só para questão racial que Bell Hooks (2019) explora, mas também para a identidade e expressão de gênero, frisando a invisibilidade de muitas “mulheridades e feminilidades”.

Nós, mulheres transexuais e travestis, ainda somos vistas pelo feminismo como *outsiders*, aquelas que estão fora. Por vezes, não somos sequer tratadas em nossas mulheridades e feminilidades; há pessoas que insistem em nos tratar no masculino e afirmar que somos “homens vestidos de mulheres” - por isso, somos *no sisters*, não somos irmãs. Seguiremos debatendo sobre os não lugares ocupados pelas mulheres trans dentro do CISTema de sexo-gênero-desejo e sobre a importância de garantir que as outreridades ocupem espaço dentro do escopo feminista. (NASCIMENTO, 2021, p. 43-44).

Repensar o feminismo é constantemente necessário para que formemos uma luta que inclui, ao invés de simplesmente reforçar violências e apagamentos. Isso significa permanecer atualizando nosso conhecimento sobre movimentos sociais existentes e entender em que momento estamos só reproduzindo mais desse entendimento universal de alguns conceitos. Compreender e abarcar outras vivências dentro dessas discussões é uma tentativa de reconstruir essa história inventada de que há “uma mulher” e de que a mesma é a centralidade de um feminismo que também é colocado como único. Além disso, reforçando as palavras de Letícia “Não faz parte dos objetivos do transfeminismo dividir o feminismo, mas torná-lo mais plural.” (Nascimento, 2021, p. 47) e reconhecendo a questão da

outridade:

Se para muitas mulheres cis feministas é difícil o reconhecimento de mulheres transexuais e travestis como sujeitas dentro do feminismo, é necessário destacar que, na verdade, não gozamos muitas vezes nem do status de humanidade. Dialogando com o feminismo decolonial, a partir da feminista sul-americana María Lugones (2014), aproprio-me do conceito de colonialidade do gênero para afirmar que experiências como seres humanos são historicamente negadas para mulheres transexuais e travestis, bem como para mulheres negras escravizadas e mulheres indígenas, numa atitude de verdadeira bestialização de nossas existências. (NASCIMENTO, 2021, p. 48).

Conseguimos identificar o denso interesse em não reconhecer algumas vivências e muito dessa necessidade vem de um contínuo ciclo de opressões. Logo, estar em um grupo que sofre por determinadas questões não anula a possibilidade de se tornar mais um que reforça ou até elabora novos padrões de violência. Sobre essa desidentificação das mulheres dos movimentos populares como feministas, nota-se a importância de considerar a interseccionalidade para compreender suas posições sociais.

Dessa forma, na análise que nos propusemos a fazer acerca destes movimentos de mulheres/feministas, se faz necessário observar além da questão de gênero que atravessa as pautas dessas mulheres. As questões de classe, raça, orientação sexual, entre outras, interseccionam o debate e a luta desses movimentos. Sobre esse guarda-chuva da interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2021) debruçamos nossa reflexão sobre o tema na intenção de entender como as relações se convergem e se divergem.

De acordo com Collins e Bilge (2021) a interseccionalidade pode ser um meio para uma análise eficiente na elaboração e reflexão de ações que visem a equidade. A autora traz à luz a descrição acerca do tema e explicita que:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS; BILGE, 2021, p.17).

Silva (2016) chama a atenção que na ordem burguesa as mulheres das classes populares e negras não terão as mesmas oportunidades que as brancas de elevada inserção social. Nessa direção, Lélia Gonzalez (2018) reivindica uma leitura da

mulher no continente latino-americano, ao analisar que é no movimento popular que ocorre maior participação das amefricanas e ameríndias, já que sua posição articulada com raça, classe e sexo as coloca como grupo mais afetado pela crise. As pautas dessas mulheres organizadas envolvem a sobrevivência familiar, visto que estão majoritariamente no mercado informal de trabalho.

Essa perspectiva interseccional, especialmente acentuada por Gonzalez, implica reconhecer que o apagamento de suas lutas nas narrativas do feminismo relaciona-se diretamente à subalternidade de sua condição de classe, raça e etnia na sociedade. Gonzalez afirma que “Pelo exposto, não é difícil compreender que nossa alternativa em termos de MM foi a de organizar-nos como grupos étnicos” (2018, p. 317).

Outro tensionamento identificado no material pesquisado diz respeito à visibilidade das mulheres nos diversos movimentos sociais. Essa é uma questão que atravessará os diversos grupos de mulheres/feministas investigados e marcará suas agendas, linguagens e estratégias de lutas.

O problema da (in)visibilidade, dentro e fora dos movimentos sociais, aponta que há uma formulação de narrativas que contam essa história a partir de um grupo apenas. São versões que serão apagadas e não registradas, quase como se não existissem. Esses processos são observados em vários grupos, entre mulheres de diferentes classes sociais e marcadas por processos de racialização e cisheterossexualização assim como entre mulheres e homens de diversos movimentos sociais, demonstrando que raça, etnia, classe e gênero-sexualidades contam muito nas estratégias de lutas e nas relações de poder em geral.

Entre grupos de Lésbicas, Trans e Travestis ocorrem tensões com os movimentos homossexuais/gays que não as incluíram em suas expressões e feminilidades/mulheridades. De um lado, com o movimento feminista se deparam com a condição de dissidência, por não representarem a “mulher original do feminismo” (NASCIMENTO, 2021), e com os movimentos homossexuais se defrontam com os gays cuja posição é tida como mais privilegiada no sistema patriarcal e na visibilidade das pautas.

Com relação ao Movimento de Mulheres do Campo e Movimento de Mulheres

Indígenas, levantamos a hipótese de que as tensões aparecem mais em relação ao movimento de trabalhadores rurais/indígenas, evidenciando-se a falta de pertencimento das mulheres nas lutas. Especialmente nesses dois grupos, não foi observada uma problematização em relação à inclusão de suas reivindicações junto ao “feminismo”.

Além dessas tensões indicarem elementos para a compreensão da hegemonia de um tipo de narrativa sobre a história das lutas de mulheres/feministas, também reverberam nas agendas e estratégias utilizadas pelos diversos ativismos no período.

2. MIRANDO OS FEMINISMOS NO BRASIL DOS ANOS 1980 E 1990

A problemática da invisibilização dos grupos de mulheres terá influência sobre as agendas de lutas, as quais se afirmam de duas formas. Primeiro, a necessidade de demarcação das “particularidades” das relações de poder que atravessam as mulheres em suas várias posições sociais. Trata-se de demonstrar que por sua condição de gênero, as mulheres apresentaram demandas e necessidades diversas, a exemplo de questões de conciliação da vida doméstica e familiar com o trabalho, resultando na centralidade das lutas por creches; a violência dentro e fora do ambiente doméstico; a falta de representatividade na política entre outras.

Mas também, a invisibilização das mulheres exigirá estratégias de lutas e linguagens para a organização que muitas das vezes envolvem reforço de autoestima e validação de suas vivências e experiências através de grupos de reflexão, autoajuda, etc; e estratégias de visibilidade que buscam “furar” espaços ocupados por grupos hegemônicos, é o caso de reuniões em bares e ocupação das ruas por meio de passeatas.

No Movimento de Mulheres no Campo e Indígenas convergem, por exemplo, em pautas como luta pela Terra, por direitos e igualdade entre homens e mulheres; sentimento de não pertencimento à luta (patriarcalismo dos movimentos de reforma agrária cujo cerne era a classe); questionamento duplo da exploração do capitalismo e da opressão patriarcal.

Os movimentos de mulheres indígenas e mulheres no campo, se diferem no

fato de que o movimento de mulheres indígenas tem como uma das principais lutas a demarcação de terras indígenas, a luta pelo direito de existir e contra a violência sofrida pela mulher. Entretanto, cada aldeia, cada tribo é uma sociedade diferente, com organização social diferente, e por conta de toda essa pluralidade das mulheres indígenas (ALEIXO, 2019) o movimento feminista acaba que não as atinge e nem as inclui.

Por outro lado, no movimento de mulheres no campo temos a luta da mulher trabalhadora rural que atua de forma independente de seus respectivos representantes/responsáveis masculinos, e que vão em busca do direito à Previdência Social, tendo como seu estopim a questão previdenciária atrelada a todas as demandas aqui já citadas.

No início o movimento de mulheres no campo era denominado como organização da mulher da roça (OMR) (1983-1989) que mais tarde viraria o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que buscavam exatamente esse direito a previdência ao qual elas não possuíam acesso e ficavam a mercê de seus pais/maridos/irmão, seja qual fosse a figura masculina vinculada a ela. Sem acesso a direitos básicos como saúde (na época acessado apenas por trabalhadores de carteira assinada), licença maternidade, e aposentadoria. No texto de Conte e Weschenfelde (2012), elas vem trazendo um relato de uma mulher que saiu em busca de seus direitos.

“A fala de uma das pesquisadas, que se mantém no MMC desde a constituição da OMR³ salienta que no início da Organização eu não sabia direito no que ia dar o Movimento, mas eu saí de casa para ir em busca de meus direitos, pois o preço dos produtos que a gente produzia não valia quase nada e era só o homem que podia se aposentar aos 65 anos de idade com meio salário mínimo. Ressalta, ainda, que sua indignação a fez sair de casa porque vi minha sogra enferma na cama, se sentindo culpada pelo fato de não poder trabalhar e ainda gastar o dinheiro da aposentadoria do sogro por causa de sua doença”(CONTE e WESCHENFELDE, 2012, p.17).

Na esteira da reivindicação por falarem e serem ouvidas, as lésbicas, por exemplo, queriam acabar com os estigmas e toda opressão que sofriam por não seguirem o padrão heteronormativo. (LESSA, 2008, p.302). É importante dizer também que elas partiram de reivindicações feministas, mas buscavam a visibilidade

3OMR- Organização de mulher da roça- surgiu em 1983, criado por mulheres da roça que se uniram em para lutar em prol de seus direitos, que dentro de cooperativas e sindicatos, não possuíam espaço para falar de suas próprias questões. Mais tarde em 1989 se tornou o MMTR (movimento de mulheres trabalhadoras rurais), que em 2004 passou a integrar o MMC (movimento de mulheres camponesas).

que não tinham, até porque, para muitas feministas a heterossexualidade é que era a norma. (LESSA, 2008, p.303).

Cumprir destacar que mesmo dentro dos grupos (in)visibilizados ocorrem disputas, a exemplo de mulheres que se autodeclaram bissexuais e participam de alguns movimentos com as lésbicas, mas só tem sua letra incluída na sigla em 2005. (CARVALHO e CARRARA, 2013, p. 337). Como destaca o Jornal Nexo (2017): “Bissexuais buscam, no entanto, visibilidade e reconhecimento de que não são apenas identidades indecisas entre homo e heterossexualidade, ou de que se trata de pessoas necessariamente promíscuas. Em 2005, o 12º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprovou o uso de GLBT, incluindo, oficialmente, a letra B como representação de bissexuais.” Enquanto as militantes lésbicas criticam o movimento pelo excessivo domínio de homens gays, as travestis e trans localizam esse domínio por parte de gays e lésbicas, produzindo uma “tutela”, expressão da militante travesti Marjori Marchi, sobre suas pautas. Ocorrem debates também entre travestis e transexuais mulheres. (NEXO, 2017).

Numa das dissertações analisadas, “Associação Nossa Senhora das Candeias: maternagem e movimento de mulheres pretas (1980 - 2004)”, defendida por Naiane Rodrigues da Silva, na Universidade Estadual de Feira do Santana/BA, é apresentada uma pesquisa sobre movimento de mulheres negras trabalhadoras rurais de Feira de Santana/BA entre os anos de 1987 e 2002. Verificou-se que a vida familiar, no caso representada pela maternagem, é o elemento de produção de uma luta coletiva, cuja marca consiste em melhorias para as condições de vida não apenas de si próprias e de suas famílias, mas de toda comunidade a qual pertencem.

Neste trabalho evidencia-se que movimentos de mulheres se constroem nos e a partir dos modos de vida e vivências das pessoas implicadas nas lutas e não necessariamente em torno dos ideais feministas. Apesar da autora reconhecer o contato com o feminismo rural, por meio de entidades que se autointitulavam feministas como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Bahia, suas lutas apesar de pavimentadas pelo feminismo se assentavam na defesa da comunidade e das

condições de sobrevivência, a partir do lugar que lhes fora designado na estrutura social patriarcal: a maternidade.

Lutas gerais e específicas serão outro eixo importante para as agendas dos movimentos de mulheres/feministas. Considerando-se que nos anos 1970 o feminismo no Brasil emerge no campo da esquerda, percorre a questão de que o envolvimento com lutas mais gerais implicará uma espécie de “submissão” ao poder masculino que domina a condução política das organizações de esquerda.

Se a imersão nas lutas mais gerais implicava para as mulheres defrontar-se com o apagamento de suas questões nas lutas sociais, e uma dúvida sobre sua característica enquanto movimento feminista, não se vincular a essa rede mais geral de ativismos implicava a classificação do que hoje chamamos de “lutas identitárias”. Esse termo indica uma restrição das lutas a uma redefinição de papéis sociais e comportamentais, a uma espécie de reformismo de costumes, portanto, não vinculadas ao processo de transformação das estruturas de dominação e exploração a que estavam sujeitas. Os feminismos ficam na mira desse questionamento, da leitura da centralidade da classe nas lutas revolucionárias.

Evidencia-se, assim, uma disputa com estruturas partidárias e sindicais que colocam no centro da ação política a perspectiva de classe, desvinculando elementos étnico-raciais, de gênero e sexualidade. Esses aspectos não eram tidos de modo articulado às estruturas de formação das sociedades modernas capitalistas coloniais e, portanto, necessários aos processos revolucionários.

Se de um lado, os movimentos de mulheres estavam muito identificados com lutas pela sobrevivência e defesa de pautas mais amplas de reformas sociais, de outro lado, o movimento feminista, reportado à luta específica das mulheres, enfrentava em seu interior diversas correntes políticas que também irão tensionar essa divisão entre lutas gerais e específicas por meio do debate da autonomia dos movimentos.

A distinção entre lutas gerais e específicas também foi um elemento de hierarquização entre movimento de mulheres e feminista. A luta pela visibilidade e emancipação das mulheres passava pela defesa de uma agenda centrada na experiência de opressão das mulheres que se apresentava nas situações de

violência sexual e de gênero, na liberação da sexualidade feminina, no acesso ao trabalho entre outras. Essa agenda era expressão de uma consciência feminista, nem sempre verificada nas lutas dos movimentos de mulheres.

Isso se verifica na agenda dos movimentos de mulheres no campo e movimento de mulheres indígenas, se tinham questões que convergiam, porém ambos são movimentos que possuíam agenda própria devido às características de cada sociedade na qual a mulher estava inserida. O movimento de mulheres indígenas trazia um debate acerca das questões e especificidades vividas pelas mulheres indígenas que não possuíam visibilidade, como:

violência familiar e interétnica, o acesso aos meios técnicos e financeiros para a geração de renda, a saúde reprodutiva, a soberania alimentar, a participação das mulheres nas decisões de políticas dos governos" (VERDUM, 2008, p. 9).

Com isso associações foram criadas para o debate de gênero dentro dos movimentos indígenas. As pioneiras nesse movimento foram a AMARN (Associação de mulheres indígenas do alto rio negro) (1987) e a AMITRUR (Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracúá, Rio Uaupés e Tiguié) (1989) fundadas no fim da década de 1980. O movimento possuía como prioridade a luta por um lugar de fala feminino indígena nas questões políticas, violência doméstica da mulher indígena e a demarcação de terras indígenas.

Apesar do movimento ter tido sua institucionalização na década de 1990, já havia uma grande atuação feminina nos debates a respeito de gênero no meio indígena, porém se fazia necessário ter um espaço único de debate de gênero dentro do movimento indígena e para isso era necessária a institucionalização do movimento, que mais tarde na década de 2000 teve seu primeiro encontro para debates das pautas femininas indígenas na Assembléia Ordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Nesse encontro, se teve como grande pauta a diferença de gênero, as violências sofridas pelas mulheres indígenas e o modo como essas violências eram tratadas diante da justiça, além de questões a respeito da demarcação de terras indígenas.

Tais questões irão se encontrar com o MMC o que acaba por unir o movimento indígena também no movimento de mulheres do campo. Apesar de no seu início o

movimento trazer a pauta de luta de gênero, a luta por direitos previdenciários, no seu início em 1983-1989 quando ainda era denominado OMR (organização da mulher da roça), logo após a mudança para MMTR (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural) em 1989, e a quebra do vínculo com a igreja e sindicatos, se tem um aumento de mulheres camponesas chamadas a participar ativamente do movimento, pois se acreditava que somente com o debate com outros movimentos e organizações poderiam lutar e conquistar espaço de fala dentro do movimento ruralista. O primeiro encontro do MMTR/RS se deu com o tema “Mulher que luta organizada gera nova sociedade”.

Com o tempo o movimento foi se aliando a outros movimentos e assim aumentando suas pautas, como a entrada do movimento camponês feminista no movimento dos sem terras (MST). Aliou-se também ao movimento em prol da reforma agrária, e por conta disso que nos dias atuais vemos uma grande diversidade de mulheres dentro do movimento de mulheres no campo, pois se teve um debate com todos os movimentos de mulheres trabalhadoras do campo e zonas rurais. É possível observar movimentos de mulheres vindas de vários outros grupos organizados, inclusive encontramos mulheres indígenas no movimento MMC, que como dito anteriormente se unem ao MMC na luta pela demarcação de terras indígenas.

Entretanto, se observarmos o movimento de mulheres negras identificamos que suas lutas não estavam distantes das agendas do feminismo. Lélia Gonzalez (2018) explica a autodefinição desses grupos como movimento de mulheres e não feminista, tendo em vista o “esquecimento” das feministas acerca da questão racial. A autora entende que esse esquecimento é oriundo do “racismo por omissão e cujas raízes, dizemos, são encontradas em uma cosmovisão eurocêntrica e neocolonialista da realidade”. (2018, p. 309).

Assim, movimentos de mulheres negras discutirão as experiências de opressão das mulheres considerando a racialização como elemento chave. Segundo Sueli Carneiro, “[...] ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negro e de mulheres do país

[...]” (2019, p. 315). Essa posição não exclui lutas gerais e específicas, mas sem dúvida apresenta um enorme desafio. Ao propor o debate racial junto com gênero e classe, intelectuais e militantes negras irão mobilizar novas tensões para além da questão de classe e gênero.

A questão racial estava fortemente presente na pauta do movimento de mulheres negras, devido ao silenciamento que havia dentro do movimento feminista quando se tratava da discussão da pauta das mulheres negras ou em relação a presença de mulheres negras na política. Em 1984 mulheres negras procuravam ser representadas dentro do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) de São Paulo. Sendo assim, o I Encontro Estadual de Mulheres Negras de São Paulo sucede com o objetivo de adquirir “articulação política capaz de fortalecer a reivindicação por espaço no CECF e a legitimidade da representação lá desempenhada” (SILVA, 2015, p. 170). O Encontro foi de suma importância para a garantia dessa representatividade no cenário político, uma vez que Thereza Santos e Vera Lúcia Freitas Saraiva foram admitidas para o CECF, que anteriormente era composto por 30 mulheres e todas brancas.

Vivian Silva (2015) evidencia ainda que o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN), que aconteceu em Valença/RJ em 1988 foi decidido dentro do IX Encontro Nacional Feminista, que aconteceu em Garanhuns/PE, “devido a ausência da questão racial na pauta”. (RIBEIRO,1995, p.449). Nesse evento foi possível que pautas importantes fossem discutidas, como: “questões políticas, legalização do aborto, sexualidade, prazer, entre outras” (RIBEIRO,1995, p.451).

O II ENMN aconteceu em Salvador/BA em 1991 e foi marcado pelas “diversas concepções políticas” (RIBEIRO, 1995, p.452) e mostrava dificuldades quanto a sua organização. Sendo assim, uma das sugestões dadas foi a organização de seminários nacionais de mulheres negras, que tinham o objetivo de “aprofundar a discussão dos rumos da organização de mulheres negras e dos encontros nacionais” (RIBEIRO, 1995, p.452). O primeiro seminário ocorreu em Atibaia/SP, no período de 12 a 15 de novembro de 1993, onde duas questões foram debatidas: 1- debater sobre as dificuldades encontradas (nos encontros anteriores) através do ponto de vista pessoal e político de cada uma e 2- sobre a organização “reafirmando

a necessidade de criação de formas mais criativas de organização como por exemplo a estruturação de uma Rede Nacional de Mulheres Negras” (RIBEIRO, 1995, p.452).

Matilde Ribeiro fala sobre a importância que a organização desses eventos (encontros, seminários, fóruns, etc) trouxe para o MMN, ressaltando que cumpriram um “importante papel: o de detalhar e aprofundar debates que esboçam-se há vários anos” (1995, p. 453). Desta forma, nos anos seguintes, a saúde da mulher negra e a garantia aos direitos reprodutivos foram outras pautas consideráveis para a população negra, pois a questão da esterilização em massa era algo que afetava diretamente a vida das mulheres negras. No Fórum Contra a Esterilização em Massa da Mulher Negra (1990-1992), segundo Vivian Silva (2015), o debate foi acerca da “prática e as consequências da esterilização cirúrgica sobre a mulher negra no Brasil” (SILVA, 2015, p.175).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um achado importante da pesquisa, refere-se à diversidade de trabalhos que remetem a movimentos de mulheres e feministas em diversas regiões do Brasil, para além do eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Essa questão evidencia a necessidade de estudos que recuperem esses movimentos e suas contribuições efetivas para a construção do feminismo brasileiro.

E, por fim, as mudanças na direção das lutas entre os anos de 1980 e 1990. Na primeira década, o foco constitui visibilidade pública, exposição de demandas e condições de vida e existência. Enquanto nos anos de 1990, há uma importante orientação dos grupos no que diz respeito à incidência na agenda das políticas públicas.

A história do feminismo no Brasil tem sido contada a partir da experiência de mulheres brancas, intelectualizadas, de classe média urbana, inspiradas nas lutas de mulheres europeias e estadunidenses. Outras posições de sujeitas poderiam ser visualizadas nessa descrição, como a questão da (cishetero)sexualidade. De toda forma, trata-se de uma história que tem invisibilizado a pluralidade das experiências de lutas das mulheres nos contextos dos anos de 1980 e 1990.

Nessa etapa da pesquisa, que ainda prossegue com o levantamento e análise de dados, trazemos para a reflexão tensionamentos que ajudam a explicar as hierarquizações produzidas no “campo feminista” que resultaram na hegemonia dos grupos feministas caracterizados acima. A ideia e práticas em torno da emancipação feminina foram desenhadas tendo como referência a perspectiva de um avanço na consciência política da opressão das mulheres propiciada pelo engajamento nas lutas “específicas” (que advogavam as experiências das mulheres como centrais) e na autodefinição como feministas.

É inegável a importância da organização dos movimentos feministas em torno da denúncia dos efeitos do capitalismo patriarcal moderno, o que ajudou a expor as diversas violações de direitos e violências que tem por base o gênero. Contudo, essa estratégia se mostrou ineficiente na medida que excluiu do debate um conjunto diversificado de situações de opressão e exploração. O tratamento das mulheres como um grupo universal se mostrou inadequado para tratar dos diferentes modos pelos quais mulheres negras, indígenas, do campo, das favelas, LBT são historicamente atravessadas por relações de poder. O modo como vivem e trabalham não são os mesmos.

Além do universalismo da categoria mulher, o contexto dos anos 1980, em plena luta pela democracia e direitos sociais no Brasil e continente latino-americano, trouxe à tona a centralidade da luta de classes nos movimentos revolucionários. O feminismo emerge no período, contestando seu apagamento como sujeitas políticas e reivindica o reconhecimento das mulheres no processo de transformação social, a partir da visibilidade de suas lutas. Contudo, no continente marcado pelo capitalismo dependente e colonial, dificilmente as lutas “específicas” podem ser apartadas das lutas “gerais”. Ao focalizar exclusivamente a questão da classe e do gênero, termina-se por apagar a diversidade de movimentos e lutas políticas que mobilizam o campo feminista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, Isabela. Existe feminismo indígena? : Seis mulheres dizem pelo que lutam.

In: Geledés Instituto da Mulher Negra. Portal Geledés. Geledés, 2 mai. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/existe-feminismo-indigena-seis-mulheres-dizem-pelo-que-lutam/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ÁLVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Cadernos PAGU, Campinas, n. 43, p. 13-56, jan-jun 2014.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sergio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino Americana, n. 14, p. 319-351, ago 2013. , Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/bwWdcsDTNwS9mxzBkX6MSmx/?format=pdf&lang=pt>

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. 341 p. Título original: Intersectionality.

CONTE, Isaura Isabel; WESCHENFELDE, Noeli Valentina. Mulheres Camponesas em Luta: Resistência, Libertação e Empoderamento. Nº17. Revista da faculdade de educação. Jan./Jun.2012

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo Afrolatinoamericano. In: Lélia González: primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018a.

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Lélia González: primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018b.

HOOKS, Bell. Teoria Feminista: da margem ao centro. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019. 256 p.

JORNAL NEXO. A trajetória e as conquistas do movimento LGBTI+ brasileiro. André Cabette Fábio. Jornal Nexo, 17 jun 2017, Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBTI-brasileiro>. Acessado em: 04 de janeiro de /2022.

LESSA, Patrícia. Lesbianas em movimento: A criação de subjetividades (Brasil,

1979-2006), Tese, 2007, Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3411/1/Tese_Patricia%20Lessa.pdf

LESSA, Patrícia. Visibilidade lesbiana na déc. 1980: uma análise a partir do grupo de ação lésbico – feminista e do boletim Chana com Chana. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30925/18014>

NASCIMENTO, Letícia. Transfeminismo. 1. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021. 192 p. (Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres negras brasileiras: De Bertioga a Beijing*. Florianópolis: Revista de Estudos Feministas, 1995. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16459/15033>. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

SILVA, Carmen S.M. Movimentos de mulheres, movimentos feministas e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. Tese Doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2016. 361f.

SILVA, Naiane Rodrigues da. Associação Nossa Senhora das Candeias: maternagem e movimento de mulheres pretas (1980 - 2004). Dissertação Mestrado em História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2019.

SILVA, Vivian Souza Alves da. *Feminismo negro como perspectiva decolonial: Movimento de Mulheres Negras e construção de uma perspectiva feminista negra no Brasil nos anos 1980*. 2015. 254 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ed. Ubu, 2020.

VERDUM, R. (org.). Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas. Brasília: Inesc, 2008. Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/mulheres_indigenas_direit

[os_pol_publicas.pdf](#). Acesso em: 28 de agosto de 2022.

,